



Universidades Lusíada

Cachopo, Maria Helena Loureiro
Barbosa, Maria José de Souza
Araújo, Divaneid Loureiro Campelo de

O trabalho do assistente social em área rural do estado Pará-Brasil

<http://hdl.handle.net/11067/6258>
<https://doi.org/10.34628/7p4f-fv83>

Metadados

Data de Publicação

2019

Resumo

O presente artigo versa acerca do trabalho do assistente social na área rural, destacando a relação de forças entre os agentes sociais que representam os interesses da população usuária dos serviços e do Estado. A forma transfigurada de relações de sentido está presente nesta relação entre executores ou reprodutores de ações tendo como eixo a problemática da municipalização, que constitucionalmente objetiva a descentralização de políticas públicas a partir da década de 1990....

The present paper will deal with the work of the social worker in the rural area, highlighting the relation of forces between social agents that represent the interests of the population that uses the services and the State. The transfigured form of relations of meaning present in this relation between executors or reproducers of actions having as its axis the problem of municipalization, which constitutionally aims the decentralization of public policies from the 1990s....

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 53-54 (2019)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:27:02Z com informação proveniente do Repositório

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM ÁREA RURAL DO ESTADO PARÁ- BRASIL¹

Maria Helena Loureiro Cachopo

Assistente Social – UFPA

Especialista em Saúde Pública e Saúde do Trabalhador – UFPA

Mestre em Políticas Públicas e Cidadania – UFPA

Doutoranda em Serviço Social – ISCTE-IUL

Maria José de Souza Barbosa

Professora do Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares,

IFPA/Campus Castanhal-Pará, Brasil

Doutora em Serviço Social com Pós-doutorado em

Geografia Humana na Universidade de Alicante.

Divaneid Loureiro Campelo de Araújo

Assistente Social do Colégio Santa Rosa e Colégio Gentil Bitencourt

¹ Trabalho apresentado no 5º Congresso Internacional de Serviço Social: Universidade Lusíada.

Resumo: O presente artigo versa acerca do trabalho do assistente social na área rural, destacando a relação de forças entre os agentes sociais que representam os interesses da população usuária dos serviços e do Estado. A forma transfigurada de relações de sentido está presente nesta relação entre executores ou reprodutores de ações tendo como eixo a problemática da municipalização, que constitucionalmente objetiva a descentralização de políticas públicas a partir da década de 1990.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Relação de Forças; Intervenção Rural.

Abstract: The present paper will deal with the work of the social worker in the rural area, highlighting the relation of forces between social agents that represent the interests of the population that uses the services and the State. The transfigured form of relations of meaning present in this relation between executors or reproducers of actions having as its axis the problem of municipalization, which constitutionally aims the decentralization of public policies from the 1990s.

Keywords: Public Policies; Straight Relation; Rural Intervention.

Introdução

O processo de municipalização da política de assistência social, iniciada no Brasil nos anos 90, resultou do processo de democratização da sociedade brasileira consolidado na Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Nela tem-se, pela primeira vez o entendimento da assistência social como direito e como

benesses do Estado. A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)¹ é o instrumento que reordena o arcabouço institucional que eleva a política de assistência social ao estatuto de política pública. Essa nova configuração da política de assistência social trouxe como princípio e diretrizes básicas a descentralização e a territorialização de suas ações, programas e projetos sociais, expandindo seu raio para a área rural. Até então a política de assistência restringia-se às sequelas dos processos de industrialização e urbanização das cidades brasileiras.

Assim, o novo ordenamento gerou um grande movimento de mobilização nacional com a participação de organizações governamentais e não governamentais, provocando profundas mudanças no direcionamento das ações assistenciais. Esse movimento levou a alterações importantes na concepção das práticas assistencialistas e, em consequência no contexto da prática dos trabalhadores da assistência social no Brasil.

No entanto, a formação profissional não assimilou com a mesma rapidez essas transformações sociais que implicavam na necessidade de revisão curricular para atender as novas demandas sociais (Barbosa; Sousa; Santos, 2010).

Daí a crítica à formação e à inserção dos profissionais da assistência social nas municipalidades do Estado do Pará, uma realidade desconhecida para os profissionais recém-saídos da academia, na medida em que estavam para atuar em realidades urbanas, onde a pobreza resulta das ruturas de vínculos com a terra, encontrando nas periferias das cidades ambiente inóspitos.

No campo os requisitos estão relacionados a falta de acesso a oportunidades, assim a elaboração e execução de ações, programas e projetos exigem um esforço na busca de inovação nas práticas já existentes ou mesmo a mobilização de recursos para a implantação de serviços de atenção básica (Santos, 2008). Ao mesmo tem o profissional em seu exercício prático encontra obstáculos quanto às relações de poder capitaneados pelos latifundiários e elites retrogradadas, além do capital das multinacionais do minério e da soja,

1 N° 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

por exemplo.

A abertura voltada à novas oportunidades exige a valorização do sovoir a faire campesino, um modo de vida diferentemente daqueles vivenciados pelas populações periféricas dos grandes centros urbanos onde já não existem vínculos com a terra, vizinhança ou mesmo comunitária. Há a necessidade de estreita relação com os movimentos sociais do campo para a criação de alianças estratégicas para o acesso aos direitos sociais (educação em nível tecnológico e superior, saúde, habitação, saneamento entre outros), como condição de desenvolvimento local.

A prática profissional, no campo, portanto, apresenta-se como desafio a esses profissionais, desde a compreensão teórica relacionada à questão fundiária, o latifúndio, a agricultura empresarial (principalmente do gado e da soja), da mineração e do desflorestamento, problemáticas associadas à questão ambiental e do aquecimento global (Cocco; Barbosa, 2007), até a formulação de projetos em sinergia com as práticas socioeconômicas e culturais dos camponeses.

1 - Para pensar a Política de Assistência Social no Contexto Amazônico

Amazônia foi um dos últimos territórios brasileiros a ser povoado pelos colonizadores, seu isolamento não se resumia apenas ao plano político-administrativo, mas também ao econômico. As razões geopolíticas levaram à implantação de fortes militares para evitar a invasão por franceses, holandeses e ingleses, que facilitassem o ataque ao Nordeste (Júnior, 1970), pois não havia empreendimentos lucrativos até então.

Nesse contexto, a ocupação econômica não se orientou para o atendimento das necessidades da nascente sociedade local, mas em função do exterior. Dessa forma, o colonialismo e o mercantilismo produziram uma estrutura social orientada para exportação de produtos naturais extrativistas, via a expansão territorial com uma estrutura produtiva assentada no extrativismo vegetal, então criou uma configuração colonial no Norte, relacionada às chama-

das drogas do sertão (cacau, salsaparrilha, andiroba) e, mais tarde, pela necessidade da colonização, a introdução de ramos de produção, com o cultivo de algodão, milho, mandioca, sob o regime de escravidão, inicialmente do índio, por meio dos descimentos sob a ótica do Regimento das Missões e a partir de 1750 com o Regimento Colonial Diretório de Índios, que em tese libertava os índios e introduzia, oficialmente, o trabalho exógeno do negro africano escravizado (Barbosa, 2003).

O aparato institucional e administrativo tinha como objetivo a preservação da política de expansão de terras e apropriação das riquezas naturais, fonte da acumulação primitiva (Marx, 1989), voltada ao luxo das cortes na metrópole portuguesa.

Desta forma, a classe social originária dessa estrutura colonial era fundamentalmente composta por uma população de índios, brancos pobres, negros escravizados e mestiços, que viviam em condições precárias de subsistência, marginalizados e subordinados a relações econômicas normalizadas pelo poder colonial. Nesta sociedade, os “senhores de terras” e altos funcionários da coroa portuguesa formavam outra classe social com renda e padrão de consumo mais elevado, privilegiados pela economia mercantil e as regras do estado colonial.

A Amazônia foi introduzida por suas riquezas naturais exóticas, recursos madeireiros, frutos e ervas extraídas para exportação e gerava uma cultura peculiar, estreitamente vinculada ao meio ambiente das florestas densas e rios caudalosos. Assim, desde o período colonial as terras eram expropriadas dos povos autóctones, “... não existiam para serem povoadas e sim para serem exploradas economicamente” (Rodrigues, 1999). O bem viver das populações autóctones era destituído por formas de exploração compulsória da única força de trabalho existente.

No período pós-colonial esse espaço regional não teve grandes alterações, embora havendo espasmos no final do século XIX e início do século XX, com a exploração da borracha⁶, quando ocorreu um ciclo de crescimento econômico e embelezamento das cidades de Belém e Manaus, caracterizado como *Belle Époque* da Amazônia,

sustentado por uma economia extrativista de cunho rentista não sustentando um ciclo virtuoso a lá Schumpeter.

A partir dos anos de 1980 a Amazônia foi inserida na divisão sociotécnica do trabalho nacional e internacional sob a dinâmica de grandes projetos econômicos, com financiamento público e isenção fiscal. Tratava-se de um discurso ufanista dos governos autocráticos da Ditadura Militar, instaurada no Brasil no período de 1965-1985, cujo slogan era “integrar para não entregar”. Um período brutal de alteração das sociedades locais e da paisagem natural. Essa conjuntura político-econômica aprofundou os processos de desigualdade sociais e regionais.

A complexidade dos problemas sociais culturais e econômicas, nesse sentido podem ser atualizados e agrupadas a partir de três eixos: 1) as pequenas e médias cidades impactadas pelos grandes projetos econômicos dos anos de 1980 foram novamente inseridas na onda neo-desenvolvimentista dos anos 90 e 2000, com a retomada dos grandes projetos econômicos e de infraestruturas; 2) o desenvolvimento sustentável torna-se uma temática importante no campo, na contraface das ações do primeiro eixo, visando o aproveitamento de produtos florestais não madeireiros pelos locais, e; 3) as pequenas cidades e médias cidades que não estão diretamente envolvidas nas ações estratégicas dos grandes projetos econômicas exige a compreensão de suas relações estreitas com o campo.

Assim, os três eixos estão entrelaçados levantando as questões que se encontram no cerne das reflexões sobre a realidade do campo. A crítica da economia política oferece instrumentos para entender o projeto de desenvolvimento oficial que fica no meio do caminho do liberalismo, para apontar os paradoxos da opção pelos grandes investimentos (minerais, agroextrativistas, portos, ferrovias etc.), pois estes setores que, historicamente geraram acumulação de riqueza e concentração de renda em poucas mãos, não encontra justificativa como aquelas do tão propalado emprego, mostrando-se fragilizada à medida que os empregos são temporários e não se traduzem em melhoria de condições de vida para todos, particularmente, quando a mão-obra permanente é circunscrita por dinâmicas específicas do

terciário avançado e não mais do terciário tradicional.

No lugar do assalariamento canônico vê-se proliferar às margens dos grandes empreendimentos e dos centros urbanos, formas de remuneração, quando existentes, são regidas por empreitadas ou de trabalhadores sob da informalidade ou trabalho análogo a escravidão nas cadeias produtivas de empresa-verde. Os contratos de trabalho são impactados pelo paradigma informacional, sendo cada vez mais difícil separar a prestação do serviço do indivíduo que o executa ou a qualificação profissional das qualidades sociais das pessoas (Boutang, 1998; Lazzarato, 1994).

Neste âmbito, a crise do assalariamento formal agudiza a precarização das formas de contrato de trabalho, conquistadas na longa luta da classe trabalhadora, portanto, a crise não é do emprego em si e nem do trabalho, mas de um modo de inclusão que se caracterizava por uma integração social de tipo: “pleno emprego fordista” (Cocco; Barbosa, 2007).

A mão de obra complexa tem sua composição técnica e político-subjetiva expressa pelo trabalho imaterial, isto é, o trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural das mercadorias. Neste contexto, o trabalho está relacionado a dois aspetos distintos: de um lado, o “conteúdo informacional” da mercadoria seja nas indústrias, seja nos setores terciários; as habilidades técnico-políticas estão direta e crescentemente determinadas pela cibernética e controle computacional sob níveis de comunicação horizontal e vertical. De outro lado, as atividades relacionadas ao trabalho imaterial produzem o “conteúdo cultural” das mercadorias à medida que envolvem umasérie de atividades que até recentemente, não eram reconhecidas como “trabalho”, mas sim como padrões culturais e artísticos (modas, preferências, normas de consumo) e, mais estrategicamente, opinião pública (Lazzarato, 1994).

Assim, a capacidade técnica do trabalhador simples, atraída para as novas fronteiras do “desenvolvimento” é incapaz de alavancar processos independentes de organização, o que leva a se pensar no trabalho profissional do assistente social enquanto mobilizador de novas oportunidade de inserção sóciotécnica e institucional via

políticas públicas para acessar direitos sociais como fator ex ante ao desenvolvimento.

O assistente social precisa compreender a construção de regimes de trabalho sob formas de contratos temporários, precarizados, terceirizados, e, ainda, formas de trabalho compulsório e análogos à escravidão, na esteira das cadeias produtivas das commodities. Quando conseguem fugir destas teias migram para as periferias urbanas e passam a pressionar o conjunto da sociedade local, haja vista não terem mais o consolo das oportunidades de emprego nos serviços do comércio e nas repartições públicas, cada vez mais estruturadas sob a lógica informacional.

Assim, nas cidades restando-lhes condições de vida submetidas a situações de vulnerabilidades e de violência e no campo a falta de oportunidades em face das necessidades de desenvolvimento sustentável, que exige novas habilidades e capacidades técnicas de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Neste espaço, as saídas mostram-se pelo crescimento do trabalho informal e a formação de coletivos de trabalho, cujo código tem se constituído pelo curso da economia solidária na contraface de uma travessia de crise que se desemboca na necessidade de constituir nova organização jurídica do trabalho, para dar conta de processos de emancipação, mas também da flexibilização e do papel do mercado.

Não se coloca aqui a questão conservadora em torno do controle dos fluxos migratórios, ou seja, das entradas e saídas de pessoas nas novas fronteiras determinadas pelos grandes investimentos, mas ao contrário, é preciso valorizar esse segmento social, haja vista que as “novas formas” de trabalho e de assalariamento integradas a processos cada vez mais aviltantes, mesmo que continuem como fonte essencial da riqueza e centro nevrálgico do poder.

Assim, é necessário entender as profundas mudanças na relação entre trabalho e capital para enxergar as novas contradições no centro da sociedade atual e, conseqüentemente, da Amazônia, para criar estratégias de democratização radical das condições do desenvolvimento, em que a cidadania é o núcleo central da produção de novas realidades, porque potencializa não somente a composição,

mas a própria condição de organização da produção. Uma realidade para os profissionais da assistência se debruçarem.

Para pensar e propor alternativas à sustentabilidade do campo e das pequenas e médias cidades na Amazônia é preciso sair das clivagens trabalho/emprego, particularmente onde nunca houve o desenvolvimento da relação salarial; é preciso ir além dos enigmas do subdesenvolvimento e do crescimento que caracterizam o Brasil e a Amazônia em particular (Cocco; Barbosa, 2007).

A mobilização produtiva dos territórios insere o Brasil e a Amazônia no front das tendências mais avançadas, ou seja, no deslocamento paradigmático que não respeita nenhum estágio “progressivo”, nenhuma linearidade. A Amazônia é um território atravessado por temas locais e globais, visto que na virada do pós-industrial o capitalismo das redes possibilita novos desafios e oportunidades (Idem, 2007).

Essas questões devem necessariamente serem enfrentadas pelos profissionais da assistência a fim de contribuir com uma nova *démarche* no campo, como identifica-se na Amazônia, no campo e nas pequenas e médias cidades dinamizadas pelas relações entre homem e natureza. Esses limites somente podem ser superados com a oferta de um conjunto de políticas públicas voltadas à formação da bacia de trabalho local em níveis do ensino médio e superior associados à pesquisa aplicada, tendo em vista que esse é o maior bloqueio ao próprio desenvolvimento da região.

A cidadania, ou seja, o acesso as condições de inserção socioprodutiva aponta lacunas que implicam em problemáticas para serem enfrentadas pelos assistentes sociais, como: primeiro, ausência de estudos e pesquisas capazes de criar políticas públicas que regulem e ao mesmo tempo fomentem a produção em contexto amazônico, onde a produção, particularmente, de grandes empreendimentos tem contribuído para o desmatamento e a depredação de seu patrimônio sóciobiodiverso; segundo, reflexo da primeira é o padrão de financiamento que se restringe aos grandes projetos e não estão voltados ao desenvolvimento local, embora os movimentos sociais tenham avançado em alguns elementos, mas ainda é insipiente para

chegar aos pequenos empreendimentos, pois falta linha de crédito estruturado para atender a base material da pequena produção, ou seja, adequadas a produção não eminentemente capitalista; terceiro: há a necessidade de constituir uma rede de produção e difusão de novas tecnologias amparada pela extensão técnica, na medida em que a pequena produção é formada por uma bacia de trabalho como baixo nível de escolaridade, exigindo ainda a articulação de fontes institucionais de financiamento; quarto: relaciona-se à incorporação da pequena produção no âmbito das políticas públicas na perspectiva de obter processos de industrialização e, conseqüentemente, apoio para acessar o comércio exterior, adequando as orientações e legislação sob novos paradigmas éticos de produção e exportação – mercado justo, por exemplo; quinto: diz respeito às compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição aos beneficiários dos programas sociais, uma experiência iniciada nos governos Lula-Dilma, (2003-2014), quando possibilitou uma legislação sobre as licitações públicas – compra de governo – para a inclusão dos pequenos empreendimentos como eixo de uma política de comercialização especial para a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos.

A exploração ganha novos contornos ao estarem arraigadas historicamente nos processos de dominação capitalista, portanto, entender estas complexidades implica também, conhecer as relações de poder imanentes à exploração que podem ser caracterizadas por clientelismo assistencial.

Nesse sentido, a implantação de política públicas de assistência social e sua relação com as demais políticas sociais públicas ainda se apresentavam para a área urbana, tendo como pano de fundo o desenvolvimento de programas e projetos sociais para as periferias. Destaca-se que o campo ainda permanece quase ausente nas ações de políticas de seguridade social. Desta forma, busca-se estabelecer uma relação entre os diversos debates teóricos sobre o meio rural e a inexistência de ações específicas para a população do campo durante longos períodos, centrando particularmente nas ações da política de assistência social, excetuando a extensão de políticas

de transferências de renda, como o Programa Bolsa Família, BPC, PRONAF, em suas diferentes modalidades.

A desigualdade nas ações voltadas ao meio rural, tem provocado debates como forma de ser tratada prioritariamente. Atualmente, vem tomando espaço em fóris de participação populares, nos trabalhos de base e discussões territoriais em que se discute a viabilização da política assistencial na área rural e suas vertentes na educação, economia, ambiente e cultura.

Cabe ao profissional de serviço social contribuir nesse movimento, ser agente de transformação, priorizando o empoderamento comunitário a fim de contribuir nesse debate e possibilidades que venham ao encontro da melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

Pereira (2004), Yamamoto, José Paulo Netto, dentre outros pesquisadores do serviço social, tem chamado atenção para a relação direta entre o trabalho do assistente social e a questão social gerada pela relação desigual entre as classes sociais, questões que precisam ser problematizadas e que estão latentes e subsumidas à contradição entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo.

2. Serviço Social em Áreas Rurais: um percurso em aberto

A bibliografia o trabalho do Assistente Social em áreas rurais, no Brasil e no Pará, praticamente inexistente, um paradoxo, em face da complexidade e heterogeneidade das populações rurais. Nas últimas décadas² vê-se uma lacuna das políticas públicas voltadas ao campo; observa-se que mesmo o CRESS³, e sua atuação militante dos direitos sociais no exercício profissional, não tem visibilizado o trabalho e as condições de realização do profissional de Serviço Social

2 Formação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, no ano de 1995, portanto, os 24 anos de formada e ainda a segunda autora que possui 33 anos de profissão, embora atue com pesquisas sobre desenvolvimento local e desenvolvimento rural, não dá destaque para o debate específico da profissão embora faça a crítica, pois dá ênfase a inserção socioproductiva centrada nas populações locais (ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares etc.).

3 Conselho Regional de Serviço Social 1ª REGIÃO.

na hinterlândia do Estado do Pará. Assim, embora a “Constituição Cidadã” estabeleça diretrizes para as relações entre as diferentes instâncias do poder do Estado⁴ (nível nacional, estadual e municipal), e em áreas de trabalho em prefeituras, hospitais, sistema penal etc., abrindo espaço profissional para o Assistente Social, as condições de trabalhos com ações pontuais e focadas não atendem as demandas de ações continuadas de políticas sociais como condição ex-ante ao desenvolvimento, onde o trabalho comunitário tem grande importância para a garantia de acesso aos programas e projetos de assistência social.

Os assistentes sociais, nesse contexto de execução de ações de políticas sociais públicas por meio de programas e projetos, são inseridos por contratos temporários, e, em sua maioria, são profissionais recém-formados, vinculados, muitas vezes, por indicação política, o que implica em instabilidade socio financeira para os profissionais (Santos, 2008) e, de certa forma, sem compromisso com as populações locais.

Nas secretarias municipais, ou mesmo nas instâncias nacionais e estaduais, suas ações referem-se a coordenação, avaliação e monitoramento das ações, geralmente formulados extra-local, embora a execução seja de responsabilidade das municipalidades, excetuando as ações de alta e média complexidade. O fato de os gestores serem de cargos comissionados, que desconhecem as políticas sociais (assistência social, saúde, educação, habitação ou segurança pública), dificultando, dessa maneira, uma ação em sintonia com as problemáticas reais dessas localidades.

Assim, a política partidária sobrepõe-se os valores e necessidades socio assistenciais, contraditando com as garantias constitucionais dos direitos dos assistidos pela política pública. Esse é outro elemento precisa ser conhecido para criar estratégias para fomentar ações de política pública no acesso aos direitos sociais. Neste interstício há a desconstrução dos direitos sociais, e, assim, o redimensionamento da subalternidade enquanto transformação de direitos em assistencialismo (Bourdieu, 1998).

4 Geralmente são os maiores empregadores dos Assistentes Sociais no interior do Estado.

A experiência de municipalização, como forma de descentralização administrativa e distribuição de poder, tem expandido o mercado de trabalho de assistentes sociais, principalmente, nas áreas rurais, exigindo a materialização de uma prática que, ao invés de superar o assistencialismo e o clientelismo, tem gerado um movimento de refilantropização da pobreza sob a lógica de dominação.

Para Santos (2008)⁵, ao trazer depoimentos de assistentes sociais que desenvolvem ou desenvolveram o exercício profissional no meio rural do Estado do Pará, o fizeram vinculados à serviço, sugestões e/ou imposições dos empregadores (tanto prefeitos quanto secretários)⁶. Há efetivamente pressão institucional para que a ação do profissional seja comprometida entre o fazer e o dever de ordens autocráticas, configurando-se como práticas profissionais pragmáticas, alienadas e sem referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos (Faleiros, 1985).

O profissional, nesse espaço de alienação, desvirtua o compromisso com a criticidade nas ações planejadas que direcionem o fazer profissional e institucional descontextualizadas do que concepção de Yamamoto (1998), isto é, “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”.

A atuação do assistente social requer, além das novas transformações sociohistóricas, que implicam, inclusive as condições do trabalho profissional e suas particularidades no meio rural, a qual exige uma necessária aliança estratégica com os movimentos sociais, de modo em que esses vínculos não possam transparecer às instâncias de poder do governo local, uma vez que se encontra no meio de disputas de poder e projetos de desenvolvimento e de sociedade antagônicos.

Por ser um profissional que tem diretriz profissional enfrentar e não escamotear os problemas sociais que são, em primeira instân-

5 Pesquisa realizada na dissertação de Mestrado de Santos (2008).

6 Muitas vezes esses últimos são as primeiras damas. E em alguns casos não possuem nem o ensino médio

cia, efeitos das desigualdades sociais, regionais e sub-regionais em meio a contradições socioeconômicas. Uma ação profissional que tem como compromisso ético-político atuar para superar as necessidades humanas, a fim de favorecer a construção de uma sociedade justa e democrática, carrega em seu cotidiano a difícil tarefa de entender a sociedade atravessada por ondas de avanços e retrocessos nos direitos sociais, cada vez mais ameaçados pela exacerbação do conservadorismo xenofóbico e de intolerância aos diferentes, com o desmonte dos direitos sociais oriundos das lutas sociais imanentes à sociedade industrial.

Considerações Finais

A título de considerações finais considera-se que o trabalho do assistente social atuante na área rural precisa-se encontrar sinergia com as novas demandas da realidade de uma sociedade globalizada e, ao mesmo tempo, fragmentada. Isto cumpre um papel de mobilizar produtivamente a região Amazônica, sem perder de vista a complexa relação que conecta suas ações econômico-empresariais centrada na construção da legitimidade política e social, com ações de fomento de curto, médio e longo prazo em respostas às reivindicações das sociedades locais, com particularidade para a hinterlândia, significando não relativizar a dimensão ética e as bases da cidadania regional.

A realidade de uma pequena produção que sobrevive à base de redes informais de produção na região e de seus diferentes atores aponta questões como educação, crédito e apoio à produção como condição essenciais para o desenvolvimento regional, uma démarche que exige o apoio de profissionais na construção de passarelas para superar dificuldades essenciais de acesso à infraestrutura, como o sistema de transporte, estradas vicinais, silos entre outros obstáculos efetivos à produção e ao escoamento, além da bacia de trabalho semi-letrada.

O assistente social, em outras palavras, precisa enfrentar o debate do desenvolvimento rural, local, regional e sustentável, o que

precisa estar em sintonia com a sociedade civil organizada, bem como, elevar àqueles que estão fora dos circuitos das políticas sociais públicas que favoreçam a inserção socio produtiva, ingredientes necessários à desobstaculização dos desequilíbrios estruturais da realidade rural.

A resistência torna-se uma necessidade imperial e, para isso, é preciso constituir um diagnóstico preciso das redes econômicas, políticas e institucionais (formais e informais), a fim de que se possa traduzir em uma agenda de mobilização produtiva (de coisas e de sentido), com base nas experiências locais, para que se possa afirmar o social antes de qualquer investimento nos setores privados, exigindo do poder público ações efetivas de valorização da vida. Isto significa dizer que as políticas públicas voltadas à formação da bacia de trabalho existentes são centrais em uma negociação da sociedade local.

Nas pequenas e médias cidades é preciso diagnosticar suas relações com o campo para o fortalecimento das atividades relativas às cadeias produtivas locais da pequena produção e concentrar esforços em políticas de formação voltadas à gestão e melhoramento dos produtos, bem como, incentivar processos de organização coletiva a fim de aumentar o potencial de comercialização.

Diante dos dados apresentados é possível afirmar que a situação de esgarçamento dos vínculos sociais resulta na miserabilidade a que estão sujeitas as sociedades, em particular a rural. Esses dados também podem auxiliar na reflexão sobre a importância do debate acerca do papel do estado enquanto provedor e protetor da sociedade carente e nos desafios que as políticas públicas têm para o enfrentamento desta problemática.

A questão rural tornou-se invisível e, por vezes, indigesta aos olhos dos governos que não conseguem ou preferem não enxergar a proteção social como direito constitucional da população rural, sendo desvirtuada do seu papel final, ou seja, de assegurar e reconhecer as políticas públicas em seu caráter universalista, direitos de todos.

O assistente social, para potencializar as ações de igualdade

social esbarra na difícil tarefa de contribuir para amenizar as condições de vulnerabilidade das famílias pobres, indo de encontro às políticas partidárias, que por razões claras usam a assistência social como moeda de barganha para votos eleitorais.

Referências Bibliográficas

- Baer, Mônica. (1993). O Rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra.
- Barbosa, Maria José de Souza, Sousa, Risomar, Ferreira; Santos, Maria Helena Loureiro dos. (2010). Demanda do Trabalho ao Assistente Social no Capitalismo contemporâneo. In: Revista Políticas Públicas. São Luiz: Número Especial.
- Barbosa, Maria José de Souza, Sá, Maria Elvira Rocha de. (2009). A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o Estado do Pará em foco. In: Sherer, Elenise (ORG.). Questão Social na Amazônia. Manaus: EDUA.
- Barbosa, Maria José de Souza. (s/d). A Cabanagem entre a liberdade do mercado e o mercado da liberdade. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado)
- Cocco, Giuseppe; Barbosa, Maria José de S. (2007). Trabalho e Natureza na Amazônia. In: Gestão de Políticas Públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers.
- Faleiros, Vicente de Paula. (1985). Alternativas Metodológicas da Pesquisa em Serviço Social, São Paulo. Ed. Cortez.
- Forrester, Viviane. (1997). O Horror Econômico. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Furtado, Celso. (1987). Transformação e Crise na Economia Mundial. Ed. Paz e Terra Rio de Janeiro.
- Iamamoto, Marilda Vilela. (1998). O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo: Cortez.
- Junior, Caio Prado. (1970). História Econômica do Brasil. Ed. Brasileira.
- Nogueira, Marco Aurélio. (2004). Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Ed. Cortez.

- Oliveira, Francisco de. (1995). Pós - neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pereira, A. P. (2004). Potyara: Questão Social e Direito da Cidadania. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 Ed. Ano. 2 n° 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 88p.
- Pereira, Potyara Amazoneida. (2002). Sobre a Política de Assistência Social no Brasil, in: Bravo, Maria I.S. e Pereira, Potyara A.P. Política Social e Democracia - 2ª ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ.
- Rodrigues, Jaime. (1999). O Tráfico de Escravos para o Brasil. Ed. Ática, São Paulo.
- Santos. Maria Helena Loureiro. (2008). A Implantação Do Sistema Suas E As Novas Demandas Aos Assistentes Sociais No Estado Do Pará: Belém: Pós-Graduação em Serviço Social. PPGSS-UFPa. (Dissertação de Mestrado).
- Silva, José Rubisten da. (2010). Redes De Aviamento Da Borracha E A Organização Espacial De Fortaleza Do Abunã/ Amazônia. Rondônia,. (Dissertação de Mestrado).
- Souza, Jessé. (2003). A Construção Social da Subcidadania. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Sposati, Aldaíza. Falção, Maria do Carmo. Fleury, Sônia Maria Teixeira. (1989). Os Direitos dos Desassistidos Sociais. Ed Cortez, São Paulo.
- Yasbeck, Maria Carmelita. (1995). A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social, in Cadernos ABONG 3 - subsídios à conferência nacional de assistência social. Distrito Federal: CNAS / ABONG.